

Universidade de Brasília
Departamento de Ciência Política
Programa de Graduação em Ciência Política

**COESÃO PARTIDÁRIA: O CASO DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA
BRASILEIRA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Matheus Vitor Leone Gomes Carneiro

Orientador: Prof. Dr. André Borges de Carvalho

Brasília, 2016

Universidade de Brasília
Departamento de Ciência Política
Programa de Graduação em Ciência Política

**COESÃO PARTIDÁRIA: O CASO DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA
BRASILEIRA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Matheus Vitor Leone Gomes Carneiro

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília para obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. André Borges de Carvalho

Brasília, 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho aos amigos de todas as horas. Aqueles que nos dão força nos momentos turbulentos da vida.

Agradeço a orientação e o apoio do professor André Borges de Carvalho, que empresta sua legitimidade acadêmica e profissional a esta monografia.

Agradeço a bancada de deputados e deputadas federais do Partido da Social Democracia Brasileira, que se dispuseram prontamente a colaborar com este trabalho.

Agradeço, ainda, minha avó Marilene Borges Leone. Meu porto seguro.

RESUMO

A literatura da Ciência Política brasileira, ao analisar o Poder Legislativo, leva em conta a disciplina partidária para analisar a unidade dos partidos políticos. É, no entanto, necessário fazer uma diferenciação entre disciplina partidária e coesão partidária, dois elementos que constituem a unidade partidária. O intuito deste trabalho é fazer uma investigação da coesão ideológica da bancada do Partido da Social Democracia Brasileira na Câmara dos Deputados, objetivando fornecer melhores ferramentas de análise para as relações institucionais no Legislativo brasileiro.

Palavras-chave: Partidos Políticos; Ideologia; Esquerda; Direita; PSDB; Partido da Social Democracia Brasileira; Legislativo; Coesão Partidária.

ABSTRACT

The Brazilian Political Science literature in the analysis of the de Legislative branch looks at party discipline to analyze party unity. A distinction is necessary between two separate dimensions of party unity: party discipline and party cohesion. The dissertation relies on survey research to measure the ideological cohesion of the Brazilian Social Democratic Party (PSDB) in the Chamber of Deputies.

Key-words: Political Parties; Ideology; Left; Right; PSDB; Partido da Social Democracia Brasileira; Legislative; Party Cohesion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
<i>O Poder Legislativo no Brasil</i>	8
<i>Partidos Políticos no Âmbito do Legislativo: Coesão x Disciplina</i>	10
Capítulo 1 – Revisão de literatura	11
<i>Partidos Políticos no âmbito do Legislativo: Coesão x Disciplina</i>	10
<i>Conteúdo Ideológico: Discussão acerca dos conceitos de Direita e Esquerda</i>	12
<i>O debate metodológico</i>	14
<i>A obtenção dos dados</i>	20
Capítulo 2 – Análise de resultados	23
<i>Perfil parlamentar</i>	23
<i>Ideologia: como os deputados descrevem a si mesmos</i>	25
<i>Avaliação de afirmações políticas</i>	29
CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
ANEXO I - Questionário aplicado com os deputados e deputadas do PSDB	43
ANEXO II - Respostas individuais nas questões indicativas de Direita	46
ANEXO III - Respostas individuais nas questões indicativas de Esquerda	47
ANEXO IV – Conteúdo das categorias utilizadas	48

INTRODUÇÃO

O Poder Legislativo no Brasil

Os estudos sobre o Legislativo no Brasil vêm em grande medida no sentido de explicar de que forma se dá a relação entre Executivo e Legislativo diante das instituições oriundas da Constituição de 1988. Tais estudos buscam explicar de que forma o “presidencialismo de coalizão” se organiza no país e quais os efeitos desse tipo de presidencialismo na atuação dos partidos e dos parlamentares (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001, 2004 e 2009; LIMONGI, 2006; SANTOS, 2003; ABRANCHES, 1988; RENNO, 2006).

Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (2004), por exemplo, fazem um resgate das tipologias de análise do Legislativo para verificar de que forma elas dialogam com o caso brasileiro, apresentando suas limitações. Essas dificuldades se apresentam tanto na tipologia mais consagrada de Polsby quanto na tipologia mais recente de Cox e Morgenstern. Os autores argumentam no sentido de que as variáveis para a devida compreensão da variação entre os Legislativos pelo mundo estão ligadas aos direitos e recursos dentro do Legislativo, em especial os que garantem o controle da agenda.

As tipologias trazidas por Figueiredo e Limongi permitem fazer análises sobre Legislativos sob a luz de suas relações com os poderes Executivos. Isso fica ainda mais claro quando partimos para análises mais específicas feitas pelos autores sobre o controle da Agenda no Brasil.

Esse debate acerca da forma como Executivo e Legislativo operam no modelo brasileiro já estava presente durante as discussões da própria Assembleia Nacional Constituinte. Abranches (1988) apregoava a instabilidade do sistema político tendo em vista a heterogeneidade das coalizões que seriam construídas, coalizões essas que não seriam apenas partidárias, mas também federativas.

Fernando Limongi (2006) analisa as especificidades do sistema brasileiro e como ele opera, mostrando que o Presidente brasileiro é o principal legislador do país graças a uma série de prerrogativas constitucionais que tem. Tais prerrogativas

garantem que o Executivo brasileiro se encontre no mesmo patamar de democracias parlamentares onde a taxa de sucesso do Executivo e sua dominância da agenda legislativa são bastante elevadas.

Os dados trazidos pelo autor mostram que 85,6% das leis aprovadas pós-88 foram apresentadas pelo Presidente da República o que mostra a dominância que o Executivo tem sobre a agenda legislativa. Além disso, 71% dos projetos enviados pelos diversos presidentes desde 1988 foram aprovados durante o mandato, tendo sua grande maioria sido aprovada no mesmo ano em que foram enviados. Esse número prova a elevada taxa de sucesso do Executivo brasileiro em matérias legislativas.

Ao contrário do que apregoava Abranches (1988) sobre coalizões federativas, Fernando Limongi (2006) nos mostra que a aprovação dos projetos presidenciais é fruto de um apoio sistemáticos dos partidos políticos que compõe a base de sustentação do governo no Congresso Nacional. Essa maioria congressual é formada através da distribuição de ministérios, o que nos remete a distribuição de cadeiras no gabinete de países parlamentaristas.

Ao analisar votações nominais o autor consegue refutar algumas visões de que os parlamentares atuam apenas por interesses próprios. Ao contrário dessas visões o autor verificou que os deputados seguem a orientação dos líderes das suas bancadas, mostrando alto grau de disciplina. Os governos (com exceção de Collor) contam então com apoio parlamentar estruturado e disciplinado. As votações nominais de 1989 a 2004 mostram que os partidos que faziam parte da coalizão governamental (tinham postos nos ministérios) apoiaram os projetos do governo no Congresso com uma disciplina média de 90%.

Apesar de esses estudos serem capazes de iluminar algumas dúvidas acerca da relação entre Executivo e Legislativo, eles não são capazes de nos mostrar – até por não ser a intenção – porque os partidos votam da forma que votam. Obviamente os mecanismos regimentais e institucionais à disposição dos líderes partidários são capazes de garantir uma alta disciplina dos partidos nas votações nominais em plenário, mas não nos permite avaliar se aquelas votações de fato se alinham às preferências individuais dos parlamentares daquele partido.

Partidos Políticos no Âmbito do Legislativo: Coesão x Disciplina

Tais estudos são capazes de nos fornecer uma resposta quanto à disciplina partidária. A análise de votações nominais de fato mostra que os partidos tendem a votar muito unidos, com disciplina que gira em torno de 90%. No entanto, tais análises são incapazes de nos fornecer respostas sobre a coesão ideológica dessas bancadas. O uso de votações nominais acaba por incluir na equação fatores que não dizem respeito a preferências ideológicas dos parlamentares como, por exemplo, matérias do Executivo. Quando matérias do Executivo entram nas votações nominais analisadas não é possível determinar se há coesão ideológica em torno daquela matéria ou se estratégias de cunho eleitoral (governo e oposição) estão falando mais alto. Torna-se amplamente necessário entender os partidos políticos brasileiros através de uma perspectiva de coesão partidária, para que possamos então buscar análises que entendam de que forma a ideologia dos partidos influencia na disciplina partidária nas votações e nas estratégias governo/oposição.

Esta monografia se propõe precisamente a fazer uma análise empírica da coesão partidária na Câmara dos Deputados. Escolheu-se como estudo de caso a bancada do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Buscarei analisar através da aplicação de *survey* com deputados e deputadas de que forma os parlamentares se definem ideologicamente e como avaliam afirmações políticas com carga ideológica.

Para tal entrevistei parlamentares no exercício do mandato durante os dias 08, 09, 15 e 16 de novembro de 2016, questionando-os acerca do tempo de filiação ao partido, número de mandatos na Câmara dos Deputados, como se identificam no espectro Direita/Esquerda, como se identificam ideologicamente e, por fim, como avaliam afirmações políticas. Para a definição das afirmações políticas a serem avaliadas recorreremos à literatura, em especial ao trabalho de Tarouco e Madeira (2013), que fornece categorias definidoras da Esquerda e Direita no Brasil. Através dessas categorias foi possível identificar e adaptar questões dos ESEBs de 2002, 2010 e 2014 para aplicação do *survey*. A avaliação que os deputados fizeram das questões de conteúdo político puderam, então ser mensuradas para análise da coesão partidária.

CAPÍTULO 1: Revisão de Literatura

Diante dos objetivos apresentados torna-se fundamental entender a diferença entre disciplina partidária e a coesão partidária, entendendo ambas como elementos que constituem a unidade partidária. Sergio Toro Maureira (2007) ao analisar a unidade dos blocos políticos no Chile traz importante discussão acerca do tema, tratando da diferenciação entre disciplina e coesão. O autor afirma que “é comum na literatura que os autores não façam uma clara distinção dos termos coesão e disciplina” (MAUREIRA, 2007 p. 3, tradução minha). Essa falta de distinção acaba por fazer com que ambos os termos sejam usados como se fossem um só elemento de análise dos partidos políticos.

Hazan nos apresenta uma maneira simples de pensar a coesão partidária em relação à disciplina. Para o autor, “Quando há um enfraquecimento da coesão a disciplina pode ajudar a manter a unidade de ação, até certo ponto” (HAZAN, 2003, p. 3 apud MAUREIRA, 2007, p. 03, tradução minha). Maureira (2007, p. 03), então, explica que a hipótese de Hazan se sustenta em duas visões: i) uma sociológica, que vai enfatizar papéis e razões normativas através de visões ideológicas, da socialização e de solidariedade partidária; e ii) uma institucional, preocupada com possíveis tensões oriundas de prêmios e incentivos estratégicos. Dessa forma, a visão sociológica se relaciona com a coesão enquanto a institucional se relaciona com a disciplina. “Coesão está associada com um certo grau de consenso em valores e atitudes, enquanto disciplina está relacionada com compulsão” (HAZAN, 2003, p. 4 apud MAUREIRA, 2007, p. 3, tradução minha).

Ao pensarmos essa distinção entre coesão (valores em comum) e disciplina (capacidade dos líderes partidários de garantir os votos) é útil trazer um importante esclarecimento feito por John E. Owens (2003) acerca dos poderes de sanção das lideranças partidárias para garantia de votos. Diz Owens que se a coesão dos partidos é muito alta as eventuais sanções são desnecessárias. No entanto, se a coesão é muito baixa tais sanções não conseguem ser aplicadas (*unenforceable*). Apenas quando há um grau elevado de coesão é que os membros do partido vão aceitar delegar poderes de sanção para as lideranças partidárias, e apenas quando essa coesão falhar essas sanções

podem ser utilizadas para garantir os interesses coletivos do partido (OWENS, 2003, p. 5)

Feita essa diferenciação entre coesão e disciplina, é preciso ainda entender que a coesão não é em si um elemento único, podendo girar em torno de pontos diversos. Morgenstern distingue três fatores para coesão: ideologia, geografia e afinidade eleitoral. A ideologia se refere a um sistema de crenças comum entre os membros de um grupo que os faz agir conjuntamente em uma variedade de temas; a questão geográfica está ligada – por exemplo - a aspectos étnicos, culturais e religiosos; e a afinidade eleitoral tem a ver com a necessidade dos agentes de garantirem o êxito dos próprios partidos. (MORGENSTERN, 2004, apud MAUREIRA, 2007, p.3).

Tais esclarecimentos trazidos por Maureira, podem ser amplamente complementados pela definição de coesão ideológica trazida por Jahn e Oberst:

‘Ideological Cohesion’ is defined as a general agreement within a party about certain ideological standpoints (Kitschelt & Smith 2002, 129; Gianetti & Benoit 2009, 5). Because the Left-Right dimension is prominent in Western societies, we conceptualize ideological cohesion as one-dimensional agreement along this dimension. Identifying party cohesion in Left-Right terms therefore means to identify different degrees of radicalism along the Left-Right dimension (JAHN e OBERST, 2012, p. 225).

Conteúdo Ideológico: Discussão acerca dos conceitos de Direita e Esquerda

Ao conceituarem coesão ideológica como uma concordância intrapartidária acerca de algumas questões valorativas; e ao conceituarem essa coesão ideológica em um eixo Direita-Esquerda; devemos pensar se o uso de categorias como Direita e Esquerda é pertinente para a análise de padrões ideológicos dos partidos políticos, em especial no caso brasileiro. Para isso, podemos retomar trabalho de Tarouco e Madeira (2013) acerca do debate entre esquerda e direita no Brasil.

Os autores iniciam justamente fazendo uma ampla discussão acerca da pertinência desse tipo de classificação ideológica (Direita/Esquerda), questionando se “as categorias esquerda e direita ainda ajudam a explicar a política no mundo pós-guerra fria” (TAROUCO e MADEIRA, 2013, p. 149). Tão relevante quanto a pertinência do uso, é necessário entender se o uso dessas categorias como tradicionalmente entendidas

ajudam a iluminar o caso brasileiro. A transposição de conceitos é possível? Tarouco e Madeira defendem que “nossas especificidades históricas justificam uma revisão dos elementos a serem considerados na classificação ideológica, para além da dicotomia intervenção estatal x livre mercado” (p. 149).

Mesmo com os questionamentos levantados, os autores compreendem que não há grandes controvérsias na classificação dos partidos políticos brasileiros. Parece pacificado nos estudos de diversas áreas a localização do PT e PDT na esquerda; PSDB e PMDB no centro; e PDS, PPR, PPB, PP, PTB e PFL/DEM na direita. (2013, p. 150). É nesse sentido que Tarouco e Madeira iniciam uma discussão mais abrangente sobre os conceitos de Direita e Esquerda.

Os conceitos de Direita e Esquerda remontam, de acordo com os autores, à Revolução Francesa, onde nas reuniões dos Estados Gerais os delegados mais igualitaristas e defensores de reformas sentavam-se à esquerda do rei enquanto os conservadores mais ligados ao clero e à aristocracia sentavam-se à direita. Esse conceito foi posteriormente alterado com a emergência da teoria marxista e do movimento operário. Passa a ser conteúdo de esquerda a defesa dos interesses do proletariado, fazendo com que a defesa do capitalismo deslocasse a burguesia para a direita. Um segundo deslocamento significativo veio no século XX com o surgimento da teoria keynesiana e dos *Welfare-States*. A oposição entre liberdade de mercado e intervenção estatal jogou então o liberalismo para a direita enquanto políticas de redistribuição ficaram em grande medida associadas com a esquerda. Os acontecimentos do fim do século XX como a queda do socialismo real; novas formas de entendimento da situação fiscal com crise do estado de bem estar; renovação da social democracia com o surgimento de movimentos de terceira via; e reformas liberalizantes dos anos 90 aparentemente, segundo Tarouco e Madeira, puxaram para o centro tanto a esquerda quanto a direita, o que não significa que seus conteúdos gerais (luta pelo socialismo de um lado e defesa do capitalismo de outro) tenham sido esvaziados. (2013, p. 151).

Prosseguem os autores dizendo que “Na Ciência Política Contemporânea essa relação entre sistema econômico, posição política e ideologia parece estar consolidada” (p. 151). Essa consolidação se dá na teoria econômica da Democracia de Anthony Downs, onde os partidos fazem movimentações através do espectro ideológico, se posicionando acerca do peso desejável do Estado na economia. Os partidos se permitem mudar de posição nessa dimensão tendo em vista uma expectativa de preferência do

eleitor mediano. Tarouco e Madeira (2013, p. 152) apontam algumas controvérsias dessa conceituação de Esquerda e Direita. Para os autores, ela não permite avaliar aspectos mais complexos da ideologia como, por exemplo, questões relacionadas a etnias, religião ou até mesmo diferenciações no âmbito moral e até mesmo entre liberalismo político e econômico. Essa conceituação deixa escapar muitas dessas questões, além de questões tidas como pós-materialistas como as questões ambientais e de gênero.

O debate metodológico

A primeira questão metodológica relevante diz respeito ao uso de *roll call data* (votações nominais) para mensuração de coesão e disciplina partidárias. Para isso, Owens (2003) tem importantes contribuições. O autor afirma que algumas escolhas têm que ser feitas se quisermos operacionalizar coesão partidária no âmbito do Legislativo. Para isso é necessária a criação de uma variável dependente para uma comparação sistemática e empírica. Para isso, pesquisadores tendem a usar os dados de votações nominais por serem simples, flexíveis, compreensíveis e *hard*. Um primeiro problema apontado por Owens é que pesquisadores dos Estados Unidos da América tendem a ter esse tipo de dado como pressuposto, o que não é a regra. Votações nominais abertas não são disponíveis em várias democracias muitas vezes por longos períodos. É o caso da *Camera dei Deputati* italiana, onde os votos até 1988 eram majoritariamente secretos e não registrados. Já nos casos da *Tweede Kamer* holandesa, da *Assemblée Nationale* francesa (sob a Quarta República), do *Bundestag* alemão, da *House of Representatives* neozelandesa, do *Congreso de los Diputados* espanhol, da *Asemblea Nacional* venezuelana e de outras câmaras legislativas os líderes partidários orientam o voto do partido e apenas a posição partidária é registrada. Nas palavras de Owens, “na maioria das vezes e na maioria das câmaras legislativas o voto é semiaberto ou anônimo” (OWENS, 2003, p. 7-8, tradução minha).

Os problemas não surgem apenas da disponibilidade ou não de dados de votações individuais dos parlamentares. Há ainda problemas quanto a possibilidade de comparação e confiança. Esses dados capturam padrões de coesão intrapartidária? O autor menciona que em alguns corpos legislativos milhares de votos são contabilizados em um ano, enquanto em outras democracias essas ocasiões não chegam a 50. Há ainda

a questão de que tipo de matérias estão sujeitas às votações nominais, o que vai variar de país para país e de corpo legislativo para corpo legislativo (Owens, 2003, p. 8).

Alguns problemas de mensuração de coesão partidária surgem até mesmo quando tais dados de votações nominais estão disponíveis. Apesar dos dados serem *hard data* por serem quantitativos eles podem não capturar importantes diferenças intrapartidárias e interpartidárias presentes em estágios pré-plenário. Dessa forma, esses dados só nos permitem avaliar as preferências visíveis dos parlamentares no momento da votação da matéria, sem podermos, no entanto, avaliar se essa preferência representa a consciência ideológica do parlamentar. Os mecanismos de sanções e prêmios disponíveis para os líderes partidários jogam um manto sobre essas preferências, impedindo que saibamos se estamos lidando com disciplina ou com coesão partidária.

Ademais, é necessário diferenciar, ainda, votações nominais onde houve envolvimento do líder e aquelas em que não houve. Owens afirma que as votações em que há influência do líder são mais interessantes para quem busca entender as habilidades dos líderes em disciplinar seus correligionários. Já o segundo tipo de votação (o que pode incluir temas como aborto, pesquisa com células tronco, guerra e questões LGBTT) são mais interessantes para quem busca avaliar as *policy preferences* dos membros de determinado partido (2003, p.10).

Como afirmei anteriormente, o uso de votações nominais, por mais útil que seja para esclarecer algumas questões, não é suficiente para entender a coesão partidária como a definimos, em especial a coesão ideológica (concordância intrapartidária acerca de questões ideológicas) que é o nosso interesse neste trabalho. Outros mecanismos surgem como possibilidade para avaliação da posição ideológica dos partidos, sendo um deles trazido por Tarouco e Madeira (2013) no seu trabalho acerca de programas partidárias e debate entre Esquerda e Direita no Brasil.

Enquanto o uso de votações nominais auxilia na compreensão dos partidos políticos no âmbito legislativo enquanto a soma de suas partes (soma das preferências individuais de cada deputado e como elas se relacionam com preferências coletivas do partido), a utilização de programas partidários para mensuração ideológica dos partidos visa entender de que forma os partidos se apresentam de forma institucional à sociedade. Ambos mecanismos são importantes ferramentas metodológicas que podem se complementar para permitir uma maior compreensão dos partidos políticos.

Tarouco e Madeira (2013, p. 152) afirmam que há diferentes métodos de aferição da posição ideológica dos partidos. Esses métodos podem ser divididos em dois grupos: métodos que se baseiam na identificação que o próprio partido faz e métodos que nos quais essa identificação é feita por agentes externos (analistas, eleitores etc.). Os autores elencam estratégias desses dois grupos de métodos, a saber:

Identificação feita pelo próprio partido	Identificação externa ao partido
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Surveys</i> com membros dos partidos; e • Uso de documentos partidários como manifestos e programas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das posturas dos políticos; • Análise da imagem que a opinião pública tem dos partidos; e • Classificação feita por especialistas como acadêmicos e jornalistas.

Fonte: Elaboração própria do autor com base em Tarouco e Madeira (2013)

O interesse de Tarouco e Madeira é o estudo dos programas partidários como ferramenta para identificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. Para isso os autores levantam questões acerca de elementos utilizados para classificar os partidos no eixo direita-esquerda, elencando dois grupos de estratégias: “aquelas em que os partidos são diretamente identificados com posições no eixo esquerda-direita e aquelas em que outras categorias são tomadas como indicativas desse posicionamento e utilizadas para inferir a posição do partido” (2003, p. 152). Os métodos daquele primeiro grupo não discutem os conceitos de Esquerda e Direita e costumam pedir para que alguém (eleitores, por exemplo) se localizem ou localizem outros no eixo Esquerda/Direita. Já os métodos desse último grupo de estratégias partem de questões consideradas emblemáticas pelo pesquisador para cada uma das posições no eixo. São utilizadas aqui, por exemplo, *surveys* com perguntas que o pesquisador julga emblemáticas de cada posição ideológica para, posteriormente, identificar a posição do partido ou do agente no eixo Esquerda/Direita. Aqui também podem ser utilizadas análises documentais de programas e manifestos (2003, p. 153). O primeiro tipo vai apresentar problemas referentes a interpretação das pessoas sobre o que significa Esquerda e Direita. Já o segundo tipo pode apresentar os seguintes problemas:

As análises que mobilizam outras categorias (os métodos do segundo grupo) têm pelo menos dois tipos de problemas. O primeiro emerge quando se adota comportamento (por exemplo, as votações dos parlamentares) como indicador de posicionamento ideológico. Zucco Jr. (2009) aponta para o conteúdo estratégico e não apenas ideológico da atuação parlamentar e demonstra que, em configurações presidenciais multipartidárias, o comportamento parlamentar é resultante, além da ideologia, do cálculo eleitoral e das relações entre o governo e os partidos no poder Legislativo. Assim, a variável comportamento parlamentar, por seus aspectos estratégicos, não seria uma boa medida para o conceito de posicionamento ideológico. O segundo problema é como determinar quais categorias (comportamentos, atitudes ou opiniões) são indicativas de posicionamento de esquerda e quais de direita. (TAROUCO e MADEIRA, 2013, p. 153)

Em relação ao problema de como determinar as categorias indicativas de posicionamentos de Esquerda e Direita Tarouco e Madeira buscam a escala do Manifesto Research Group (MRG), lançado em 1979 visando estudar manifestos dos partidos europeus. O MRG acabou por resultar em uma ampla base de dados. A classificação estabelecida pelo MRG baseia-se, de acordo com os autores, na *Salience Theory* de Robertson (1976). Tal teoria afirma que os partidos políticos concorrem entre si enfatizando temas diferentes. Cada partido enfatizaria determinadas questões dentro de um rol de questões universais. A diferenciação a ser feita entre os partidos vem do conjunto de preferências políticas que eles apresentam, e cada partido tende a focar em questões em que seu desempenho tem mais credibilidade (2003, p. 153).

Um total de 56 categorias foram definidas pelo MRG para determinar o enfoque dos manifestos partidários, sendo então filtradas em categorias para composição de uma escala Esquerda/Direita. Abaixo estão as categorias que compõe tal escala:

Quadro 1 – Escala Esquerda/Direita

Direita			Esquerda		
104	Forças Armadas: Positivo		103	Anti-Imperialismo	
201	Liberdades e Direitos Humanos		105	Forças Armadas: negativo	
203	Constitucionalismo: Positivo		106	Paz	
305	Autoridade Política		107	Internacionalismo: Positivo	

401	Livre Iniciativa	MENOS	202	Democracia
402	Incentivos		403	Regulação do Mercado
407	Protecionismo: negativo		404	Planejamento Econômico
414	Ortodoxia Econômica		406	Protecionismo: positivo
505	Limitação do <i>Welfare State</i>		412	Economia controlada
601	Nacionalismo: positivo		413	Nacionalização
603	Moralidade tradicional: positivo		504	Expansão do <i>Welfare State</i>
605	Lei e Ordem		506	Expansão da Educação
606	Harmonia Social		701	Classes trabalhadoras: positivo

FONTE: (KLINGERMAN et alii, 2006 apud TAROUCO e MADEIRA, 2013, p. 155)

A partir dessa escala é possível definir a posição de um partido através da simples subtração da proporção do manifesto partidário destinada a categorias de esquerda da proporção destinada a categorias de direita. Dessa forma, valores negativos vão representar que um partido está localizado na Esquerda e posições positivas vão representar que um partido está localizado na Direita.

Tarouco e Madeira aplicam essa escala aos partidos brasileiros, e percebem que os resultados em muito diferem das posições comumente atribuídas a eles. De acordo com os autores, as divergências são oriundas da “inadequação, às especificidades brasileiras, de algumas das categorias escolhidas para compor a escala” (TAROUCO e MADEIRA, 2013, p. 175). Os autores então discutem as especificidades da Direita e da Esquerda no Brasil e estabelecem quais categorias fazem sentido para o caso brasileiro. Eis as categorias definidas por Tarouco e Madeira:

Quadro 2 – Categorias Indicativas de Esquerda e Direita no Brasil

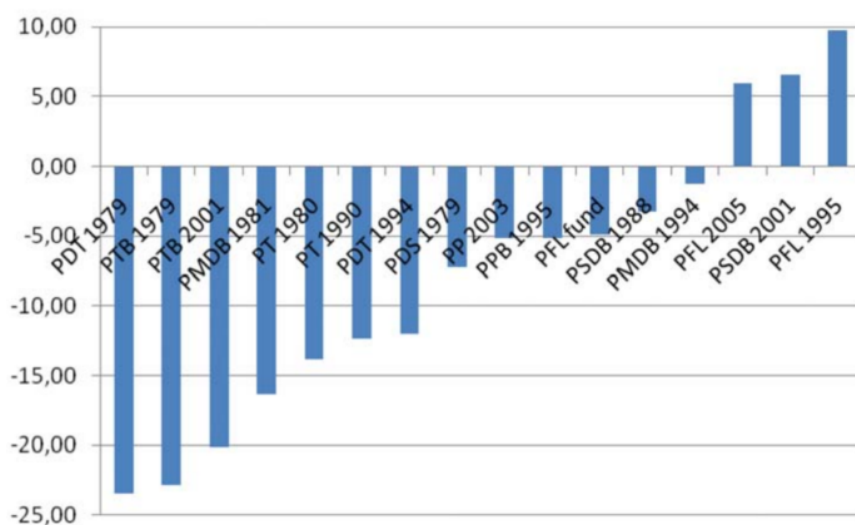
Categorias Indicativas de Direita	Categorias Indicativas de Esquerda
Forças Armadas: positivo	Regulação do Mercado
Livre Iniciativa	Planejamento Econômico
Incentivos	Economia Controlada
Ortodoxia Econômica	Análise Marxista

Limitação do <i>Welfare State</i>	Expansão do <i>Welfare State</i>
Classe média e grupos profissionais	Classes trabalhadoras: positivo

Fonte: TAROUCO e MADEIRA 2013, p. 159, adaptada.

Após aplicação dessa nova escala os autores chegaram ao resultado que reproduzo no gráfico 1.

Gráfico 1 – Ordenação Segundo Valores na Escala Esquerda/Direita



Fonte: TAROUCO e MADEIRA, 2013, p. 160.

Cabe ressaltar que no caso do PSDB vemos um elevado deslocamento da Esquerda (manifesto de 1988) para a Direita (manifesto de 2001). Outras mudanças programáticas foram feitas pelos demais partidos, e de acordo com Tarouco e Madeira (2013, p. 161) tais mudanças ao longo do tempo encontram lastro na literatura especializada. Dizem os autores:

A mudança dos conteúdos programáticos no tempo está de acordo com a literatura que discute o enfraquecimento dos vínculos sociais de origem dos partidos, decorrente de imperativos eleitorais (KIRCHHEIMER, 1996; PRZEWORSKI, 1989; KATZ & MAIR 1994) e indica um processo de adaptação às dificuldades colocadas pelas novas conjunturas. Diante da

necessidade de adequar seu discurso às preferências dos eleitores, todos os partidos analisados reviram o conteúdo dos seus manifestos de fundação, adotando programas mais compatíveis com o contexto posterior à etapa inicial da transição de regime. As declarações a respeito da redemocratização são substituídas por outros temas, e as ênfases nas categorias de esquerda e direita se deslocam. (TAROUCO E MADEIRA, 2013, p. 161).

Nesse sentido, o Brasil de 1988 motivou a formulação de um determinado tipo de manifesto partidário, com ênfase nas questões que os partidos políticos consideravam fundamentais à época. Com o passar dos anos, possíveis mudanças de enfoque da sociedade podem fazer com que partidos readéquem seus programas partidários visando melhor incorporar novos interesses vislumbrados na sociedade. A possibilidade trazida pelos autores pode auxiliar na compreensão da transição do PSDB da Esquerda para a Direita.

As ponderações feitas por Owens e o trabalho de Tarouco e Madeira trazem uma luz à investigação de ideologia partidária. No caso de Owens no âmbito da coesão partidária em câmaras legislativas, e já no caso de Tarouco e Madeira no âmbito dos manifestos partidários. As perspectivas trazidas por ambos os trabalhos podem ajudar a construir um modelo metodológico que nos permita avaliar coesão ideológica das bancadas com critérios mais rígidos como as categorias que Tarouco e Madeira elencam como emblemáticas da Direita e da Esquerda no Brasil. A aplicação de *surveys* com parlamentares, tomando como base as categorias utilizadas para a avaliação dos manifestos partidários, pode nos ajudar a investigar mais a fundo tanto a coesão partidária através da soma de suas partes (preferências individuais dos parlamentares) quanto através do programa partidário (de que forma as preferências individuais dos parlamentares se relacionam com a preferência coletiva explicitada no manifesto partidário).

A obtenção dos dados

No que tange a aplicação de *surveys* com parlamentares, surgem dúvidas quanto a seleção das perguntas e construção do questionário. Nesse sentido, utilizei os questionários aplicados nos ESEBs de 2002, 2010 e 2014 para selecionar perguntas que se enquadram nas categorias indicativas de Esquerda e Direita trazidas por Tarouco e Madeira explicitadas no quadro 2. A utilização do ESEB para a escolha das perguntas

veio no sentido de tornar a seleção de perguntas mais objetiva do que o filtro de questões presentes no programa partidário, muitas vezes vago.

Após uma esquematização das perguntas que se enquadravam nas categorias ideológicas propostas identificamos que algumas categorias tinham mais de uma pergunta pertinente, outras contavam com apenas uma pergunta pertinente e duas categorias não tinham perguntas contidas nos ESEBs supracitados. Essas duas categorias foram a última indicativa de Direita (Classe média e grupos profissionais) e a última indicativa de esquerda (Classes trabalhadoras: positivo). A ausência de perguntas contidas nos ESEBs relativas a essas duas categorias indicativas fez com que fossem excluídas do *survey* a ser aplicado com os parlamentares restando, portanto, cinco categorias indicativas da Direita e cinco indicativas da Esquerda.

Após a seleção das perguntas nos ESEBs e pequenas adequações frasais chegamos à terceira unidade do questionário que foi aplicado com deputados e deputadas federais do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) nos dias 08, 09, 15 e 16 de novembro de 2016 (Anexo I). No período de aplicação do questionário o partido contava com 48 deputados federais no exercício do mandato, lista que foi utilizada para coleta dos dados. Dos 48 deputados no exercício do mandato, 30 responderam, correspondendo a 62,5% da bancada.

Na unidade I do questionário estão as perguntas de cunho informativo dos parlamentares. Nela perguntamos a Unidade da Federação pelo qual foi eleito(a), o tempo de filiação ao PSDB, se foi filiado a outro partido e, em caso positivo, qual ou quais outros partidos e, por fim, o número de mandatos na Câmara dos Deputados.

No que tange a identificação dos parlamentares pelas unidades federativas que representam, decidi por omitir tal informação tendo em vista o caráter anônimo do questionário. O PSDB conta com bancadas de um deputado ou deputada em determinadas unidades federativas, o que poderia minar o caráter anônimo das respostas dadas.

A unidade II do questionário visa uma auto-definição dos parlamentares do ponto de vista ideológico. Para isso duas perguntas foram inseridas. A primeira solicitava identificação pessoal no espectro Esquerda/Direita enquanto a segunda solicitava uma identificação ideológica nominal. Em ambas os parlamentares foram

solicitados a escolherem apenas uma opção podendo, ainda, inserir outra definição não presente no questionário.

A unidade III do questionário visa a avaliação de afirmações políticas. Tais afirmações políticas foram selecionadas nos referidos ESEBs tomando como base as categorias indicativas de Esquerda e Direita de Tarouco e Madeira (quadro 2). Pequenas alterações textuais foram feitas nas questões do ESEB para coesão frasal do questionário.

Nessa unidade os parlamentares deveriam avaliar as afirmações com números entre zero e cinco. Zero seria o máximo de discordância com a afirmação enquanto cinco seria o máximo de concordância. Foram definidas 10 questões sendo que a questão referente a Ortodoxia econômica foi subdividida em 5 questões e terá como valor a média aritmética da questão principal e das subquestões. Essa decisão foi tomada nessa questão para uma melhor definição da posição dos parlamentares. Ao final, para definição da posição ideológica do parlamentar, será subtraída a média das afirmações de Esquerda da média das afirmações de Direita. Em caso de números positivos teremos parlamentares que se alinham mais à direita e em caso de números negativos teremos parlamentares mais alinhados à esquerda.

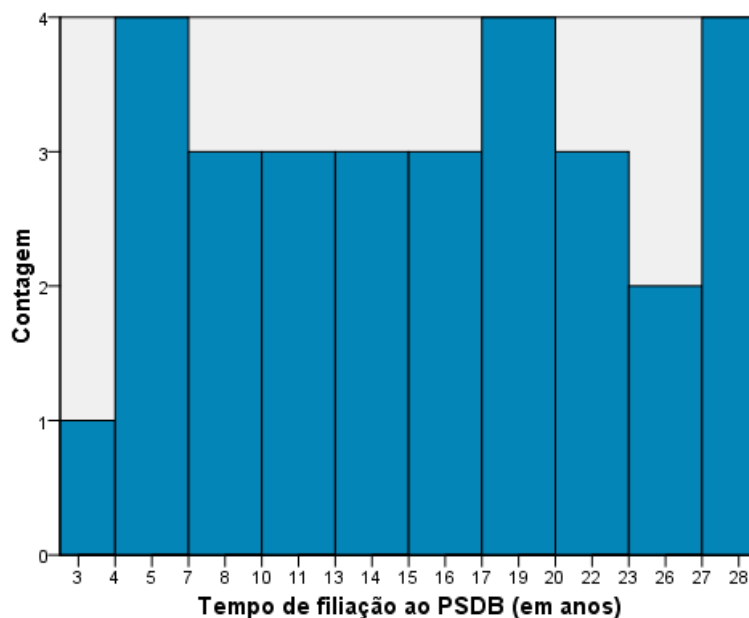
Capítulo 2: Análise de resultados

Dadas as definições conceituais e metodológicas podemos, enfim, partir para a análise dos resultados obtidos com a aplicação dos questionários. Para isso é fundamental analisarmos o perfil dos parlamentares entrevistados, o que corresponde à Unidade I do questionário. Lembramos, ainda, que a Unidade Federativa pelo qual foi eleito(a) será omitida para garantir o anonimato.

Perfil parlamentar

Ao preencherem o formulário foi pedido para que os parlamentares indicassem o ano de filiação ao PSDB. Esse dado nos permite verificar se os parlamentares entrevistados são recém-filiados, se estão no partido desde a fundação ou se contam com um elevado período de filiação ao partido, o que pode ter efeitos na coesão ideológica dos entrevistados. O tempo de filiação, em anos, pode ser verificado no histograma abaixo:

Gráfico 2: Histograma do tempo de filiação ao PSDB (em anos)



Fonte: Elaboração própria do autor

Conforme a tabela acima, é possível notar que há uma elevada dispersão no tempo de filiação dos deputados entrevistados, com picos de concentração em 28 anos (idade do próprio partido), 19 anos (um ano antes das eleições de 1998) e 5 anos (um ano antes das eleições de 2012). A média do tempo de filiação dos parlamentares é de 15,4 anos, o que demonstra um razoável tempo de filiação dos deputados entrevistados, com um desvio padrão calculado de 7,881. Nesse sentido, ao calcularmos o coeficiente de variação temos que esse coeficiente é de 51,175% logo, demonstrando uma razoável heterogeneidade dos dados em questão.

Outro dado que pode apresentar efeito na coesão partidária é se os parlamentares já foram filiados a outros partidos ou se tiveram apenas o PSDB como partido político. Nesse sentido, a tabela de frequência abaixo demonstra as respostas obtidas para essa pergunta:

Tabela 1: Foi Filiado(a) a Outro Partido?

	Frequência	Porcentagem
Não	11	36,7
Sim	19	63,3
Total	30	100,0

Fonte: Elaboração própria do autor

Um elevado número de parlamentares entrevistado já passou por outros partidos políticos. 63,3% deles já foi filiado a outro partido político enquanto 36,7% integraram apenas o PSDB. Essa informação pode se apresentar relevante no sentido de avaliarmos se os parlamentares que foram de outros partidos são mais ou menos coesos do que aqueles que foram filiados apenas ao PSDB. Importante também é sabermos a quais partidos esses deputados foram filiados. Os deputados que já foram filiados a outros partidos citaram: UDN, ARENA, PDS, MDB, PMDB, PTB, PDT, PPS, PFL, PRN, PT, PV e PR como partidos aos quais foram filiados antes do PSDB.

No que tange o número de mandatos na Câmara dos Deputados temos um número elevado de deputados entrevistados que estão no seu primeiro mandato como deputados federais, o que não exclui, obviamente, prévios mandatos em outros cargos como prefeitos, deputados estaduais etc. A tabela de frequência a seguir detalha os resultados obtidos nesse critério:

Tabela 2: Número de Mandatos na Câmara dos Deputados

Número de Mandatos	Frequência	Porcentagem
1	15	50,0
2	3	10,0
3	6	20,0
5	1	3,3
6	1	3,3
7	1	3,3
8	1	3,3
10	1	3,3
Total	29	96,7
Omisso	1	3,3
Total	30	100,0

Fonte: Elaboração própria do autor

Dos 30 deputados entrevistados, 15 estão em seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados. Uma elevada porcentagem de 50%. O segundo número mais significativo são os 6 deputados que estão em seu terceiro mandato, o que corresponde a 20% dos entrevistados. Apenas 5 entrevistados têm mais de 5 mandatos na Câmara, com destaque para 3 parlamentares que contam com, respectivamente, 7, 8 e 10 mandatos. A média encontrada para esses dados foi de 2,59 mandatos, com um desvio

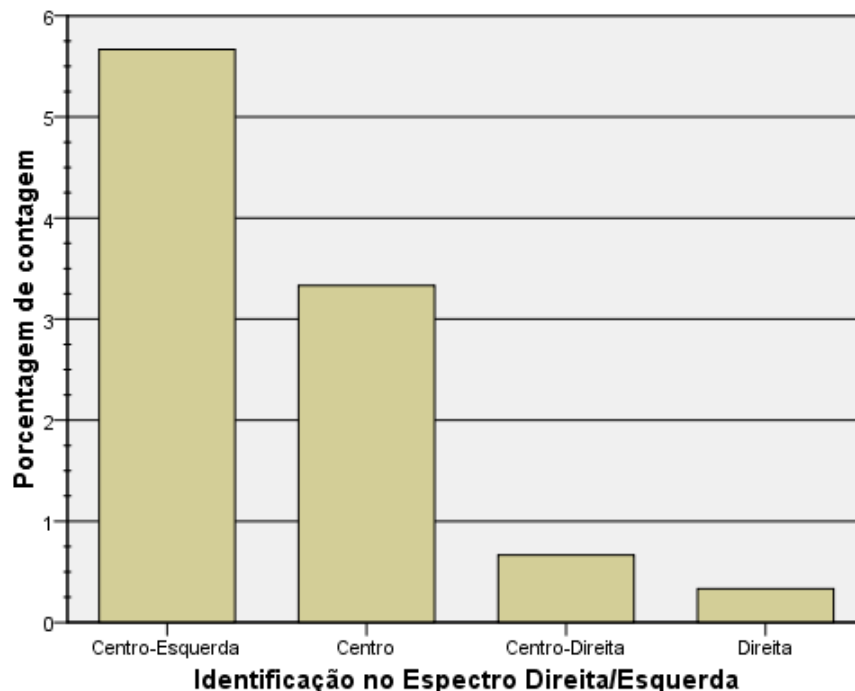
padrão de 2,398. Ao calcularmos o coeficiente de variação desses dados para entendermos a dispersão deles em relação à média temos um coeficiente de aproximadamente 92,6%, o que demonstra uma elevada heterogeneidade nos dados analisado.

O elevado número de parlamentares no primeiro mandato pode nos levar a crer que a taxa de renovação da bancada do PSDB na Câmara é razoavelmente elevada, apesar de estudos mais profundos serem necessários para tal afirmação. O que é notável, no entanto, é a heterogeneidade dos dados obtidos, tanto no que tange o número de mandatos na Câmara dos Deputados, mas também no que tange o tempo de filiação ao PSDB.

Ideologia: como os deputados descrevem a si mesmos

Na segunda unidade do questionário foi solicitado aos parlamentares que se identificassem ideologicamente através de duas perguntas. A primeira tinha como objetivo a identificação dos parlamentares num espectro Esquerda/Direita e questionava se eles se consideram i) de esquerda, ii) de centro-esquerda, iii) de centro, iv) de centro-direita; ou v) de direita. Essa pergunta objetivava medir a coesão desses deputados no que tange o espectro Esquerda/Direita e rendeu os seguintes resultados:

Gráfico 3: Identificação no espectro Esquerda/Direita

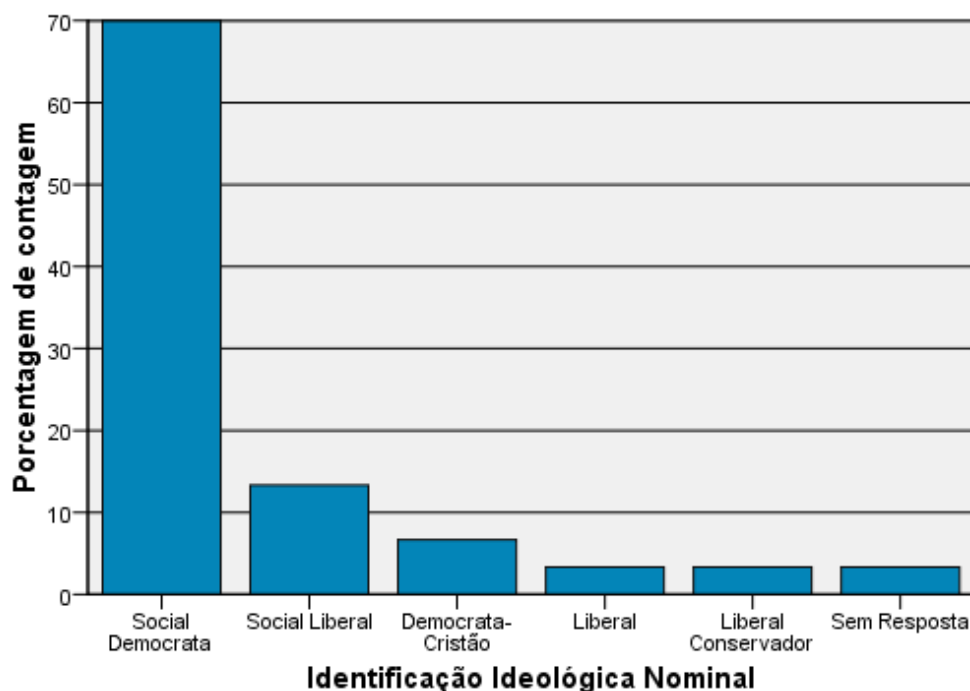


Fonte: Elaboração própria do autor

As respostas dos parlamentares para essa questão apresentaram um resultado mais concentrado no que tange a própria identificação deles no espectro Esquerda/Direita. 56,7% dos entrevistados avaliaram a si mesmos como sendo de centro-esquerda. 33,3% se avaliaram como sendo de centro enquanto 6,7% e 3,3% se avaliaram, respectivamente, de centro-direita e de direita. Isso nos mostra que a maioria dos deputados entrevistados se consideram como alguém de centro-esquerda. No que pese as críticas para esse tipo de conceituação, ela mostra uma coesão razoavelmente elevada por parte dos parlamentares entrevistados, que se colocam majoritariamente como estando à esquerda do centro político enquanto apenas 10% se coloca à direita do centro político.

Com o intuito de avaliarmos nominalmente a posição ideológica dos parlamentares elencamos para eles uma série de opções e pedimos para que escolhessem aquela com a qual mais se identificavam podendo, ainda, incluir alguma que não estava presente no questionário. A lista incluía i) anarquista, ii) comunista, iii) socialista, iv) trabalhista, v) social democrata, vi) democrata-cristão, vii) social liberal, viii) liberal, ix) liberal conservador, e x) conservador. Os resultados obtidos estão no gráfico abaixo:

Gráfico 4: Identificação ideológica nominal

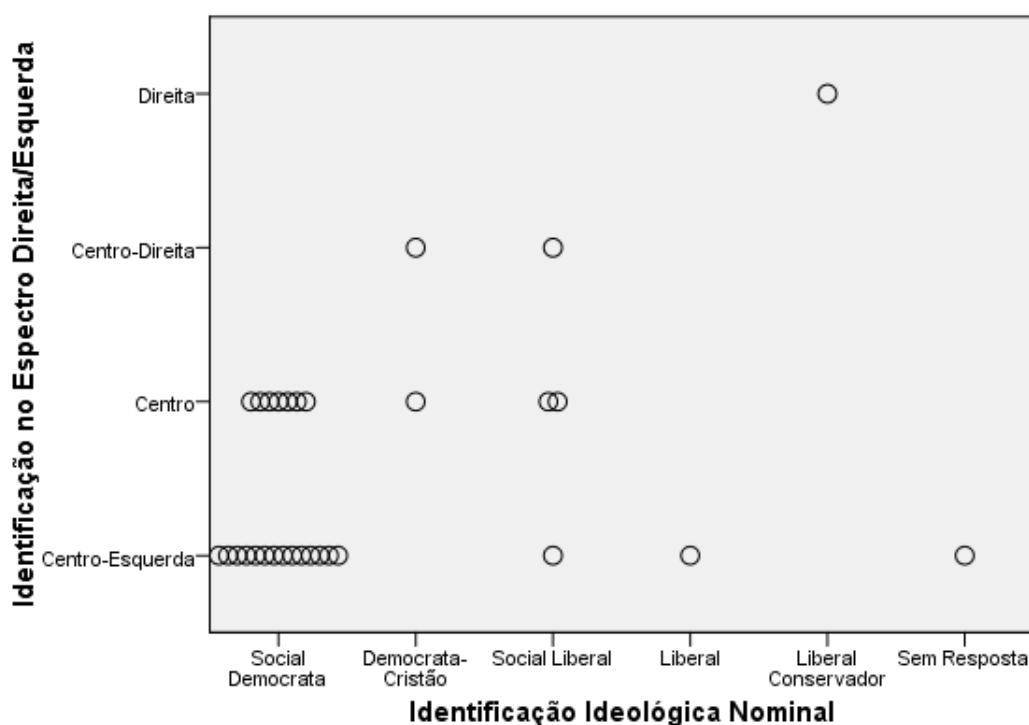


Fonte: Elaboração própria do autor

Quando foi solicitado dos deputados que apontassem uma ideologia com a qual mais se identificavam 21 responderam social democracia. Isso corresponde a 70% dos 30 deputados entrevistados e demonstra uma elevada coesão no que tange a identificação própria dos deputados do ponto de vista ideológico. A segunda ideologia com maior número de respostas foi o Social Liberalismo com 4 deputados, o que corresponde a 13,3%. Dois deputados se declararam democrata-cristão, um deputado se declarou liberal, um se declarou liberal conservador e um não respondeu a questão. Nota-se, ainda, que nenhum parlamentar incluiu conceituações na opção “outro”.

Nesse quesito especificamente pode ter pesado a própria denominação do partido (Partido da Social Democracia Brasileira) na identificação dos parlamentares ideologicamente. No entanto, isso não nos ajuda a explicar os demais parlamentares que responderam de forma diferente. O que é frutífero é entendermos como os deputados responderam analisando as duas questões de caráter ideológico. Ou seja, como um parlamentar que se identificou no espectro Esquerda/Direita se definiu ideologicamente. Esse é o intuito do gráfico a seguir:

Gráfico 5: Relação entre identificação no espectro Esquerda/Direita e identificação ideológica nominal



Fonte: Elaboração própria do autor

A relação entre o posicionamento no espectro Esquerda/Direita e o que aqui estou chamando de identificação ideológica nominal nos ajuda a entender de que forma os parlamentares enxergam não apenas a si mesmos, mas como entendem as conceituações de Direita/Esquerda e das ideologias.

O resultado obtido dessa comparação, como pode ser visto no gráfico acima, é justamente uma concentração de deputados na centro-esquerda e na social democracia. No entanto, temos também um número razoável de deputados que se definiram como de centro e social democratas. Isso demonstra que a maioria dos parlamentares do PSDB se coloca não apenas na social democracia, mas no de centro e na centro-esquerda. Nenhum deputado que se identificou como social democrata se colocou na centro-direita ou na direita, enquanto aqueles que se definem como social liberais vão da centro-esquerda até a centro-direita, com uma concentração maior no centro. Os dois que se identificaram como sendo democratas-cristãos se colocam um no centro e um na centro-direita enquanto o único parlamentar que se declara liberal conservador é

também o único a se declarar de direita. Chama a atenção, ainda, o fato do deputado que se declarou liberal ter se colocado na centro-esquerda do espectro político.

As associações que os parlamentares fazem entre ideologias e suas colocações no espectro Esquerda/Direita demonstraram uma clara identificação da social democracia com a centro-esquerda, o que, pela literatura, não se mostra equivocado. A concentração dos deputados na social democracia e na centro-esquerda demonstra que não apenas eles foram capazes de associar a social democracia com a centro-esquerda, mas que há um razoável grau de coesão da bancada quando na autoidentificação ideológica. O que resta ser investigado é se essa identificação se sustenta quando os deputados foram pedidos para analisar afirmações políticas.

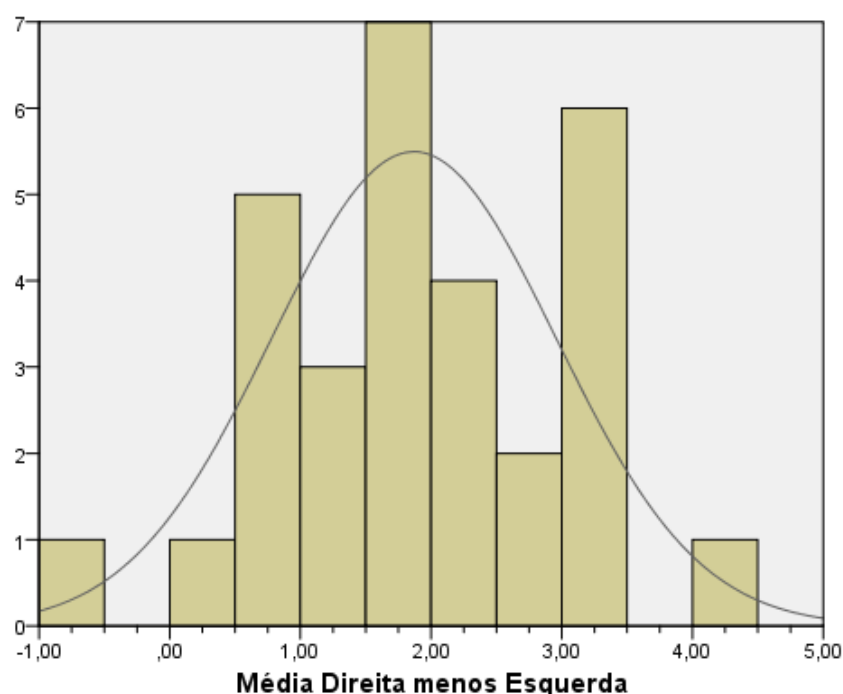
Avaliação de afirmações políticas

A terceira e última unidade do questionário aplicado tinha como objetivo entender de que forma os parlamentares avaliavam as cinco questões indicativas de Direita e as cinco questões indicativas de Esquerda. Os parlamentares não foram informados da carga ideológica das questões aplicadas e deles foi solicitado que avaliassem as afirmações com números entre zero e cinco, em que zero era o máximo de discordância e cinco o máximo de concordância. As questões, que tomavam como base as classificações indicativas trazidas por Tarouco e Madeira (2013, p. 159) foram selecionadas nos ESEBs de 2002, 2010 e 2014 e tiveram pequenas adequações frasais com intuito de coerência do questionário aplicado. Os resultados obtidos podem ser vistos nos Anexos II e III, que trazem como cada deputado respondeu a cada uma das questões.

Importante explicitar que a questão que abordou ortodoxia econômica trazia a seguinte afirmação para que os parlamentares avaliassem: “A privatização das empresas estatais foi boa para o país e deve continuar”. Essa questão foi subdividida com a inclusão de mais quatro afirmações para os deputados avaliarem. Foi perguntado a eles se as seguintes áreas deveriam ser privatizadas: i) saúde e educação, ii) aposentadorias e previdência, iii) estradas e rodovias, e iv) energia elétrica e fornecimento de água. O score para ortodoxia econômica é a média aritmética da questão principal e das quatro subquestões. Essa decisão foi tomada no sentido de melhor entender o que os deputados viam como privatizações necessárias, o que melhor esclareceria a posição deles acerca desse elemento da ortodoxia econômica.

Para identificarmos a posição ideológica dos deputados com base nas avaliações que fizeram das afirmações políticas subtraímos a média obtida nas cinco afirmações de Esquerda da média obtida nas cinco afirmações de Direita. Números negativos indicam, portanto, que os parlamentares tendem à esquerda enquanto números positivos indicam que os parlamentares tendem à direita. Os resultados obtidos podem ser vistos no gráfico a seguir:

Gráfico 6: Histograma de distribuição da média Direita menos Esquerda



Fonte: Elaboração própria do autor.

Diante dos dados expostos podemos notar que após cálculo das médias de categorias de Direita e categorias de Esquerda apenas um parlamentar ficou à esquerda, o que não concorda com os dados obtidos através da identificação dos parlamentares no espectro Esquerda/Direita. Ao fazermos uma breve análise da estatística descritiva dos dados obtidos temos que o mínimo obtido foi -0,6 e o máximo individual obtido foi 4,32. Temos, portanto uma média de 1,868 com um desvio padrão de 1,08862. Ao fazer uma análise do coeficiente de variação¹ dos dados obtemos um CV de aproximadamente

¹ Diante da incapacidade de se determinar se um desvio padrão é elevado ou não diante dos dados, utilizamos o cálculo do coeficiente de variação para avaliarmos o grau de concentração ou dispersão dos

58,28%, demonstrando uma razoável dispersão dos dados em relação à média. Isso nos demonstra, num primeiro momento que há uma baixa coesão dos deputados no que tange as afirmações políticas, o que pode estar relacionado com um número razoavelmente baixo de casos expostos, bem como ao processo de migração ideológica do PSDB da Esquerda para a Direita.

Nesse sentido, é importante analisarmos esses dados em comparação com os obtidos quando pedimos para que os parlamentares se identificassem no espectro Esquerda/Direita e Ideologicamente para entendermos como esses dados se comportam. Esse é o intuito das tabelas a seguir:

Tabela 3: Relação entre identificação no espectro Direita/Esquerda e média Direita menos Esquerda individual

Identificação no Espectro Direita/Esquerda	Média	N	Desvio Padrão
Centro-Esquerda	1,3318	17	,90948
Centro	2,5240	10	1,03317
Centro-Direita	2,7200	2	,39598
Direita	2,7200	1	.
Total	1,8680	30	1,08862

Fonte: Elaboração própria do autor.

Tabela 4: Relação entre identificação ideológica nominal e média Direita menos Esquerda individual

Identificação Ideológica Nominal	Média	N	Desvio Padrão
Social Democrata	1,6724	21	1,12131
Democrata-Cristão	1,9400	2	1,49907
Social Liberal	2,7900	4	,50741
Liberal	2,3200	1	.
Liberal Conservador	2,7200	1	.
Sem Resposta	,8400	1	.
Total	1,8680	30	1,08862

Fonte: Elaboração própria do autor.

resultados obtidos perante a média. Essa medida estatística é didaticamente explicada por Waldir Medri (2011, p. 35).

No que tange a tabela 4 podemos identificar que a maior parte daqueles que se colocam na centro-esquerda estão abaixo da média dos 2 pontos na escala ideológica individual (Direita menos Esquerda). No entanto, a média que apresentam é de 1,3318, colocando-se, assim, no campo na direita do espectro político. Há, no entanto, coerência nas médias obtidas tendo em vista que a centro-esquerda tem uma média menor que o centro, que tem uma média menor que a centro-direita e a direita. Dessa forma, os parlamentares que se manifestaram como de centro-esquerda de fato têm uma média mais à esquerda, enquanto os deputados de centro-direita e direita têm a média na ponta mais à direita. 13 dos 17 deputados que se colocam como de centro-esquerda estão abaixo dos dois pontos na escala, mas é interessante notar que apenas um deles está à esquerda do centro, sendo o deputado mais à esquerda no espectro político. Esse deputado se disse de centro-esquerda e diante do seu resultado individual de -0,6 parece adequado dizer que sua nota individual na escala é condizente com sua autoidentificação na escala Direita/Esquerda. Esse mesmo parlamentar se declarou social democrata, o que condiz com a tabela 5.

O campo da social democracia apresenta tanto o parlamentar mais à esquerda quanto o parlamentar mais à direita, o que demonstra que a identificação nominal com a social democracia pode ter mais a ver com a própria identificação do partido com esse campo do que propriamente com uma preferência valorativa dos parlamentares pelo referido campo ideológico. É interessante notar nesse caso como as médias se comportaram. Mais à esquerda temos a Social Democracia com média de 1,64 enquanto a corrente que se posicionou mais à direita foram os deputados Social Liberais, com 2,79. Esses resultados, no entanto, podem apresentar indivíduos mais extremos que puxam a média de pequenos grupos para um lado ou para o outro. Isso ocorre tendo em vista a concentração latente de parlamentares no campo da Social Democracia. Dessa forma, não é possível extrair desses dados mais do que a média dos deputados Social Democratas.

O que os dados acima nos mostram é que há uma moderada incoerência no que tange a nota obtida nas avaliações de afirmações políticas com a autoidentificação dos parlamentares no espectro Direita/Esquerda. Dessa forma, vale entendermos como os parlamentares se comportaram em cada uma das questões indicativas de Esquerda e Direita, para que possamos avaliar em quais delas houve maior e menor coesão da bancada. Esse é o intuito das tabelas a seguir:

Tabela 5: Estatística descritiva das questões indicativas de Direita

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Limitação do <i>Welfare State</i> (D)	30	,00	5,00	2,1000	1,72407
Forças Armadas: Positivo (D)	30	,00	5,00	2,2333	1,45468
Ortodoxia Econômica (D)	30	1,20	5,00	3,2233	,88889
Incentivos (D)	30	2,00	5,00	3,7333	1,08066
Livre Iniciativa (D)	30	3,00	5,00	4,5333	,73030

Fonte: Elaboração própria do autor.

Tabela 6: Estatística descritiva das questões indicativas de Esquerda

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Regulação do Mercado (E)	30	,00	4,00	,6667	1,15470
Economia Controlada (E)	30	,00	5,00	,9667	1,32570
Análise Marxista (E)	30	,00	5,00	1,2833	1,49530
Planejamento Econômico (E)	30	,00	4,00	1,3333	1,26854
Expansão do <i>Welfare State</i> (E)	30	,00	4,00	2,2333	1,12750

Fonte: Elaboração própria do autor.

Ao obtermos a média e o desvio padrão de cada uma das questões é possível calcularmos o coeficiente de variação nas respostas, para melhor entendermos como os deputados se comportaram em cada uma delas. Dessa forma, temos a seguinte tabela:

Tabela 7: Coeficiente de Variação das perguntas indicativas de Direita/Esquerda

Questão	Coeficiente de Variação
Livre Iniciativa (D)	16,11%
Ortodoxia Econômica (D)	27,58%
Incentivos (D)	28,95%

Expansão do Welfare State (E)	50,48%
Forças Armadas: Positivo (D)	65,136%
Limitação do Welfare State (D)	82,09%
Planejamento Econômico (E)	95,14%
Análise Marxista (E)	116,52%
Economia Controlada (E)	137,14%
Regulação do Mercado (E)	173,19%

Fonte: Elaboração própria do autor.

Vale ressaltar que do ponto de vista estatístico:

(...) uma distribuição é homogênea quando a variabilidade relativa expressa pelo coeficiente de variação, não ultrapassar a 20% . Obviamente a distribuição não deixa de ser homogênea para valores maiores do que 20% mas vai perdendo o grau de homogeneidade na medida em que o coeficiente aumenta. (MEDRI, Waldir, 2011, p. 36)

Desta feita temos que a questão relativa a Livre Iniciativa (D) apresenta a maior homogeneidade, com a mais elevada média dentre as questões (4,5333). Quanto a essa questão é possível dizer que há uma elevada coesão da bancada do PSDB na Câmara no que tange Livre Iniciativa (D). Há ainda moderada coesão da bancada nas questões que dizem respeito a Incentivos (D) e Ortodoxia Econômica (D). A questão relativa a Incentivos obteve a segunda maior média dentre as questões, com 3,7333 e obteve 28,95% de coeficiente de variação, demonstrando assim uma razoável homogeneidade dos dados. Já a questão que aborda Ortodoxia Econômica teve a terceira maior média com 3,2233 e o segundo menor coeficiente de variação (27,58%).

Assim, temos que as questões relativas a Livre Iniciativa (D), Incentivos (D) e Ortodoxia Econômica (D) demonstram razoável homogeneidade nos dados, o que pode nos indicar uma elevada coesão da bancada em torno dessas questões.

A tabela 8 nos indica que houve uma maior coesão dos deputados e deputadas do PSDB no que tange a maioria das questões indicativas da Direita enquanto essa coesão se esvai nas categorias indicativas da Esquerda e também em Forças Armadas: Positivo (D) e Limitação do Welfare (D). A coesão presente apenas em categorias indicativas da Direita pode nos ajudar a compreender porque o balanço final das avaliações de afirmações políticas pendeu para a Direita.

CONCLUSÃO

O intuito deste trabalho era, diante da literatura que aborda o Legislativo brasileiro, compreender de que forma os partidos políticos se comportam em critérios de coesão ideológica. Esse esforço veio da necessidade de se distinguir a disciplina partidária da coesão partidária, elementos muitas vezes tratados como unos na nossa literatura especializada. As contribuições de autores como Maureira (2007), Hazan (2003), Owens (2003), Morgenstern (2004) e Jahn e Oberst (2012) para a distinção entre disciplina e coesão trazem à luz a necessidade de intensificarmos esse debate na literatura legislativa brasileira. A disciplina, apesar de importante componente da unidade partidária, é insuficiente para entendermos as preferências individuais dos parlamentares e pode, muitas vezes, ser contaminada pelo debate político Governo/Oposição.

Como visto, Tarouco e Madeira (2013) trazem importantes ferramentas metodológicas para a análise da ideologia no espectro Direita/Esquerda no Brasil, principalmente com a seleção de categorias indicativas de Direita e Esquerda no nosso país. Essa contribuição nos permitiu esquematizar perguntas obtidas nos ESEBs de 2002, 2010 e 2014 com o intuito de aferir o posicionamento ideológico dos parlamentares.

O que foi possível constatar dos dados obtidos após aplicação de *survey* com deputados e deputadas federais do Partido da Social Democracia Brasileira foi que 56,7% dos parlamentares se declararam como sendo de centro-esquerda enquanto 33,3% se declararam de centro. Os outros 6,7% e 3,3% afirmaram que são respectivamente de centro-direita e de direita. No que tange a identificação ideológica nominal, 70% dos entrevistados se declararam social democratas enquanto 13,3% afirmaram ser social liberais.

É importante, também, tecer um comentário acerca da “incoerência” encontrada nos dados obtidos quando comparamos auto-definição dos parlamentares no espectro Direita/Esquerda e o seu resultado nas médias. Apesar de 56,7% dos entrevistados terem se declarado de centro-esquerda, apenas um deles de fato obteve média negativa, ou seja, pendeu para a Esquerda.

Quanto a isso temos que levantar uma questão que diz respeito ao próprio alcance de categorias como Direita e Esquerda para definição política. Não há,

necessariamente uma confusão dos parlamentares quanto a essas categorias, mas pode haver uma variação no que é entendido como conteúdo dessas categorias. Com isso quero dizer que as categorias definidoras de Esquerda e Direita elencadas por Tarouco e Madeira (2003) levam em consideração questões de cunho econômico ou corporativo. Questões relativas à liberdade individual e à moral não estão abarcadas nas categorias elencadas pelos autores. Dessa forma, a simplificação do espectro Direita/Esquerda acaba por também abarcar essas questões que dividem não apenas a Direita da Esquerda, mas também Autoritários de Libertários. Uma possibilidade que temos que abordar é justamente que os parlamentares estavam incluindo conteúdos “de centro esquerda” na sua definição pessoal que não estavam abarcados nas questões de mensuração das avaliações de afirmações políticas, que apresentavam cunho econômico ou corporativo.

No que tange as médias obtidas através da subtração de questões de Esquerda de questões de Direita temos que distinguir ainda que a simples avaliação do coeficiente de variação pode apresentar um resultado que não é suficiente para analisarmos a posição dos parlamentares. De fato houve, no geral, uma elevada dispersão das médias individuais em relação à média geral, o que poderia num primeiro momento nos indicar uma falta de coesão da bancada. No entanto, é necessário pontuar que não apenas a média individual da maioria da bancada ficou à direita (apenas um parlamentar obteve média negativa, ou seja, de esquerda), mas em questões como Livre Iniciativa (D), Ortodoxia Econômica (D) e Incentivos (D) as médias foram elevadas e o coeficiente de variação razoavelmente baixo.

Isso nos mostra que apesar de uma primeira leitura poder indicar uma falta de coesão da bancada, isso se dá pela falta de concordância e baixas médias em categorias de Esquerda. Há um caráter de unidade partidária em três das cinco categorias de direita. Essa unidade pode estar relacionada com uma série de fatores, mas podemos alegar aqui que do ponto de vista econômico há um grau de concordância do partido em questões como privatizações; prevalência do investimento privado sobre investimento estatal; e políticas para indução do investimento privado.

O gráfico 1 demonstra que na análise de manifesto partidário o PSDB teria migrado da Esquerda para a Direita entre 1988 e 2001. Essa tese, no entanto, é refutada por Celso Roma (2002) em trabalho que estuda a institucionalização do partido. Para Roma, em que pese o partido tenha construído um manifesto partidário de fundação calcado em premissas de centro-esquerda, o programa de governo apresentado pelo

partido no mesmo ano já continha conteúdo liberal claro. Acredito ser pertinente, aqui, transcrever as palavras do autor:

Frequentemente afirma-se que o PSDB, a partir de 1994, deslocou-se ideologicamente de uma posição de centro-esquerda para a de direita no espaço político. Esse deslocamento estaria expresso na redefinição de suas diretrizes políticas, deixando de lado o ideário social-democrata para adotar um programa de governo rotulado como neoliberal. Esta guinada para a direita, com políticas mais favoráveis ao mercado, teria sido, sobretudo, o custo que o partido teve de pagar para chegar ao governo e para governar em aliança com o PFL. Entretanto, ao contrário do que se convencionou acreditar, essa orientação programática liberal já estava claramente estabelecida desde a origem do partido.

Em 1988, o PSDB publicou um manifesto no qual anunciava os princípios ideológicos de sua organização partidária. Embora, por este manifesto, o partido tenha procurado ocupar uma posição de centro-esquerda no espaço político nacional, apresentando preocupações (justiça social, distribuição de renda, soberania nacional, emprego e reforma agrária) que o aproximavam dos partidos situados à esquerda (e que, como vimos, cumpria os objetivos de conquistar este nicho do mercado eleitoral), seu programa apresentava outras características. O programa de governo do PSDB, também elaborado em 1988, orientou-se por uma agenda política com teor claramente liberal – desregulamentação da economia, abertura econômica ao capital estrangeiro e privatização das empresas estatais. Nesse programa, a intenção declarada era a de romper com o caráter nacionalista e estatizante que caracterizava a feição do Estado brasileiro desde o governo Vargas na década de 1930. As principais diretrizes definidas para nortear um futuro governo seriam a ênfase na estabilidade monetária como condição antecedente para o crescimento econômico e a alternativa do mercado para suplantiar o modelo nacional desenvolvimentista centrado no Estado. (ROMA, 2002, p. 74).

Roma argumenta, portanto, que não houve um deslocamento do PSDB da Esquerda para a Direita. O partido já teria nascido imbuído de um ideário de cunho mais liberal que não foi adotado inicialmente por objetivos de conquistar espaço eleitoral na transição do regime militar para democracia.

Nossos resultados obtidos através de entrevistas com a bancada do partido na Câmara mostram um razoável grau de convergência dos deputados justamente nas questões elencadas por Roma como pertencentes ao programa de governo do partido já

em 1988, quais sejam: menor intervenção estatal na economia, abertura econômica ao capital estrangeiro e privatização. Esses três pontos correspondem justamente às três questões com maior média e menor coeficiente de variação dos nossos dados. São respectivamente Livre Iniciativa (D), Incentivos (D) e Ortodoxia Econômica (D). Nesse sentido, temos que também vislumbrar a possibilidade de que a coesão do partido quanto a essas questões venham desde 1988, apesar do manifesto partidário ter uma orientação mais de centro-esquerda.

Roma (2002) levanta ainda uma interessante questão acerca do dilema ideológico do PSDB, que pode trazer luz aos dados obtidos na aplicação de *surveys* com deputados federais. Diz o autor:

A construção da identidade programática do PSDB revela um dilema ideológico entre se declarar social-democrata, de um lado, e apresentar um programa de governo orientado por teses liberais, de outro. Este dilema inicial, de certa forma, impôs uma diferenciação importante no que se refere à composição dos membros do partido. O discurso ideológico social-democrata, explicitamente manifestado no conteúdo dos documentos partidários e nos cursos de formação política ministrados pelo partido, foi fundamental no processo de mobilização de filiados e militantes no interior do PSDB, o que conferiu um viés mais de esquerda na sua origem. A tônica liberal, presente no seu programa de governo, por outro lado, predominou como concepção ideológica de seus membros dirigentes com cargos eletivos. (ROMA, 2002, p. 76).

A ideia de que há um dilema ideológico no PSDB no que tange a auto-declaração enquanto social democrata, mas ter nos seus membros com cargos eletivos uma visão de cunho mais liberal pode ser corroborada pelos dados por mim obtidos. Aquela suposta incoerência dos parlamentares que se dizem social democratas e de centro-esquerda, mas ao mesmo tempo obtêm médias à direita em questões de cunho econômico parece ser desmistificada diante da análise do processo de institucionalização do partido, feita por Roma (2002).

Cabe, ainda, ressaltar os principais pontos de divergência dos deputados, que estão majoritariamente alocados nas categorias de esquerda. Enquanto a maior média obtida (Livre Iniciativa) ultrapassou 4,5, a maior média de uma categoria de Esquerda foi pouco acima de 2,2 (Expansão do *Welfare State*). Essa média ficou acima, no entanto, da categoria de Direita diretamente oposta à ela, que é a Limitação do *Welfare State*, que teve média de 2,1. Nesse sentido, aparenta haver uma discordância na bancada no que tange o Estado de Bem Estar Social, mas nenhuma das duas vertentes

(de expansão ou de limitação) obteve alta média. Isso pode nos dizer que os deputados consideram que o atual modelo de Estado de Bem Estar brasileiro está bem dimensionado, sem posturas mais radicais quanto à sua expansão ou limitação.

Ainda consoante com a tese levantada por Roma (2002) de que o partido carrega um ideário liberal na economia é que outras categorias de Esquerda como Regulação do Mercado, Planejamento Econômico, Economia Controlada e Análise Marxista obtiveram médias baixas e elevado coeficiente de variação, mostrando um razoável grau de discordância dos deputados quanto a essas categorias que de fato se colocam opostas ao ideário que Roma afirma ser defendido pelo partido desde 1988.

Nesse caso, acredito ser fundamental que estudos posteriores avaliem se o processo de arregimentação de militância que Roma afirma ter como estratégia uma visão social democrata transformou esses filiados em dirigentes. Isso poderia ajudar a explicar alguns deputados do partido que posicionaram-se mais à esquerda. Ou, ainda, se houve mudança no processo de arregimentação de militância do partido. A Social Democracia de centro-esquerda ainda é o discurso que o partido utiliza para atrair filiados num cenário de enfraquecimento da esquerda no país?

O entendimento da coesão ideológica das bancadas parlamentares no Congresso Nacional pode contribuir para uma melhor compreensão do Poder Legislativo no Brasil e suas dinâmicas de funcionamento. Afinal, nossa literatura se baseia nas ferramentas institucionais à disposição dos líderes partidários para garantir a disciplina das bancadas. No entanto, como bem ressalta Owens, se a coesão dos partidos é muito alta as eventuais sanções são desnecessárias, mas se a coesão é muito baixa tais sanções não conseguem ser aplicadas (*unenforceable*). Apenas com certo grau elevado de coesão é que os partidários vão aceitar delegar poderes de sanção para as lideranças partidárias, e apenas quando essa coesão falhar essas sanções podem ser utilizadas para garantir os interesses coletivos do partido (OWENS, 2003, p. 5).

Estudos mais aprofundados são necessários para que possamos entender de que forma a relação entre disciplina e coesão se dá no caso brasileiro. A análise do PSDB nos permite apenas avaliar uma moderada coesão ideológica da bancada na Câmara dos Deputados, mas pelo que vimos, é necessário também levar em consideração as formas de institucionalização dos partidos políticos. O processo de institucionalização do PSDB abordado por Roma (2002) em grande parte se diferencia de outros partidos, inclusive pesando questões como mandatos presidenciais e formas de arregimentar filiados.

Outros estudos acerca da coesão ideológica das bancadas parlamentares são importantes, também, para posteriores comparações entre a visão dos deputados e deputadas e a visão dos eleitores que se identificam com tais partidos políticos. Essas opiniões convergem ou divergem?

Ademais, os resultados obtidos neste trabalho podem e devem ser expandidos para demais bancadas na Câmara dos Deputados, o que pode nos legar um panorama mais amplo das relações ideológicas no país e o peso que têm não apenas no funcionamento institucional do Legislativo brasileiro, mas também nas relações eleitorais entre representantes e eleitores. Essa foi a modesta contribuição intentada nessa monografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. "O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro". In: Dados 31(1), 1988, pp. 5-33.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro: FGV; FAPESP, 2001 [1999].

JANH, Detlef; OBERST, Christoph. Ideological Party Cohesion in Macro-comparative Politics: The Nordic Social Democratic Parties from a Comparative Perspective. Scandinavian Political Studies, vol. 35, nº 3, 2012, p. 222-245.

LIMONGI, Fernando. Modelos de Legislativo: o Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Plenarium, ano 1, n.1, p. 41-56, 2004LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Poder de Agenda e Políticas Substantivas. In: INÁCIO, M.; RENNÓ, I. (Org.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

LIMONGI, Fernando. Presidencialismo e Governo de Coalizão. In: Leonardo Avritzer e Fatima Anastasia. (Org.). Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 237-257.

MAUREIRA, Sergio Toro. Conducta legislativa ante las iniciativas del ejecutivo: unidade de los boques políticos en Chile. Revista de Ciencia Política, vol. 27, nº 1, 2007, p. 23-41.

MEDRI, Waldir. Análise Exploratória de Dados. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/estatisticaeducacao/textos_didaticos/especializacao_estatistica.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2016.

OWENS, John E. Explaining party cohesion and discipline in democratic legislatures: purposiveness and contexts. Journal of Legislative Studies, 9 (4), 2003, p. 12-40.

RENNO, L. R. Críticas ao Presidencialismo de Coalizão no Brasil: Processos Institucionalmente Constritos ou Individualmente Dirigidos? In: Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 259-271.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 17, n. 49, p. 71-92, June 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-690920020002000006&lng=en&nrm=iso>. Último acesso em 08 de dezembro de 2016.

SANTOS, Fabiano. Em Defesa do Presidencialismo de Coalizão. In: Reforma Política no Brasil – Realizações e Perspectivas. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003, p. 19-38.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, Programas e o Debate Sobre Esquerda e Direita no Brasil. Revista de Sociologia e Política, vol. 21, nº 45, 2013, p. 149-165.

ANEXO I – Questionário aplicado com os deputados e deputadas do PSDB com as categorias definidoras de Esquerda e Direita atribuídas às afirmações políticas.

QUESTIONÁRIO			
<p>Este questionário tem por objetivo a coleta de dados anônimos de Deputados(as) Federais do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para formulação de Monografia em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB).</p>			
Unidade I – Informações do(a) parlamentar			
UF pelo qual foi eleito(a):	_____	Filiado(a) ao PSDB desde (ano):	_____
Foi filiado(a) a outro partido? _____ Qual/Quais? _____			
Número de mandatos na Câmara dos Deputados: _____			
Unidade II – Ideologia (marcar apenas uma opção por questão)			
1) Vossa Excelência se considera:		2) Vossa Excelência se considera:	
	De esquerda		Anarquista
	De centro-esquerda		Comunista
	De centro		Socialista
	De centro-direita		Trabalhista
	De direita		Social Democrata
	Outro: _____		Democrata-Cristão
			Social Liberal

		Liberal
		Liberal Conservador
		Conservador
		Outro: _____

Unidade III – Avaliação de afirmações políticas

Em uma escala em que **0 (zero)** é o máximo de discordância e **5 (cinco)** é o máximo de concordância, avalie as seguintes afirmações:

1	O Estado deveria gastar mais em Defesa (Forças Armadas). Forças Armadas: Positivo (D).	
2	Deveria haver mais iniciativa privada na indústria e no comércio. Livre Iniciativa (D).	
3	O Governo deve oferecer facilidades para atrair investimentos de grandes empresas estrangeiras para o Brasil. Incentivos (D).	
4	A privatização das empresas estatais foi boa para o país e deve continuar. Ortodoxia Econômica (D)	
	As seguintes áreas deveriam ser privatizadas:	
	4.1	Saúde e Educação
	4.2	Aposentadorias e Previdência
	4.3	Estradas e Rodovias
	4.4	Energia Elétrica e Fornecimento de Água
5	O Governo deveria gastar menos com seguridade social (previdência, seguro desemprego, saúde e programas sociais). Limitação do Welfare State (D)	
6	O governo deve dizer o que as empresas têm que fazer como, por exemplo, quantos banheiros elas têm que ter. Regulação do Mercado (E)	
7	O governo precisa dificultar mais a entrada de produtos estrangeiros no Brasil como forma de desenvolver a indústria nacional a curto, médio e longo prazos. Planejamento Econômico (E)	
8	Para que o país cresça, o governo deveria intervir mais na economia,	

	inclusive através do controle de preços dos serviços básicos como transportes. Economia Controlada (E)
9	Quando alguns acumulam riqueza, isto ocorre à custa de outros. Análise Marxista (E)
10	O Governo deveria gastar mais com seguridade social (previdência, seguro desemprego, saúde e programas sociais). Expansão do Welfare State (E)

ANEXO II – Respostas individuais nas questões indicativas de Direita

Respostas individuais nas questões indicativas de Direita

	Forças Armadas: Positivo (D)	Livre Iniciativa (D)	Incentivos (D)	Ortodoxia Econômica (D)	Limitação do <i>Welfare State</i> (D)
1	2,00	4,00	3,00	2,60	,00
2	3,00	5,00	4,00	4,60	3,00
3	4,00	5,00	4,00	3,60	4,00
4	2,00	3,00	3,00	4,20	2,50
5	4,00	5,00	5,00	2,60	4,00
6	3,00	4,00	3,00	3,00	,00
7	3,00	4,00	4,00	2,60	2,00
8	,00	5,00	4,00	3,80	3,00
9	1,00	5,00	5,00	3,60	3,00
10	5,00	5,00	5,00	5,00	2,50
11	2,00	5,00	3,00	3,20	4,00
12	2,00	3,00	5,00	5,00	,00
13	3,00	5,00	2,00	2,50	,00
14	2,00	5,00	4,00	2,40	,00
15	3,00	5,00	5,00	3,60	5,00
16	4,00	5,00	4,00	3,00	3,00
17	3,00	3,00	2,00	3,40	3,00
18	,00	5,00	5,00	3,00	4,00
19	1,00	5,00	4,00	2,80	,00
20	,00	5,00	5,00	4,40	,00
21	,00	5,00	5,00	2,60	2,00
22	,00	3,00	3,00	2,00	1,00
23	2,00	5,00	2,00	1,20	,00
24	2,00	5,00	2,00	2,00	3,00
25	1,00	4,00	4,00	3,80	,00
26	3,00	4,00	4,00	3,00	4,00
27	5,00	5,00	3,00	3,20	5,00
28	3,00	4,00	2,00	3,40	3,00
29	3,00	5,00	5,00	4,00	2,00
30	1,00	5,00	3,00	2,60	,00
Total N	30	30	30	30	30

Fonte: Elaboração própria do autor

ANEXO III – Respostas individuais nas questões indicativas de Esquerda

Respostas individuais nas questões indicativas de Esquerda					
	Regulação do Mercado (E)	Planejamento Econômico (E)	Economia Controlada (E)	Análise Marxista (E)	Expansão do Welfare State (E)
1	,00	2,00	1,00	1,00	,00
2	,00	,00	1,00	1,00	2,00
3	3,00	,00	,00	,00	1,00
4	,00	,00	,00	,00	2,50
5	,00	4,00	5,00	4,00	3,00
6	3,00	3,00	2,00	4,00	4,00
7	1,00	2,00	3,00	2,00	2,00
8	,00	2,00	2,00	2,00	2,00
9	,00	1,00	1,00	,00	2,00
10	2,00	3,00	4,00	2,50	2,50
11	,00	,00	,00	,00	2,00
12	,00	2,00	,00	,00	3,00
13	,00	2,00	,00	,00	2,00
14	2,00	3,00	,00	2,00	3,00
15	,00	,00	,00	,00	,00
16	,00	2,00	,00	1,00	1,00
17	2,00	2,00	2,00	1,00	3,00
18	4,00	,00	,00	,00	,00
19	,00	,00	,00	,00	3,00
20	,00	,00	,00	,00	3,00
21	,00	,00	1,00	,00	2,00
22	,00	1,00	1,00	1,00	1,00
23	,00	,00	,00	3,00	3,00
24	,00	1,00	,00	2,00	3,00
25	,00	,00	1,00	,00	4,00
26	,00	3,00	,00	5,00	3,00
27	,00	3,00	1,00	,00	1,00
28	2,00	2,00	3,00	2,00	3,00
29	1,00	,00	,00	1,00	2,00
30	,00	2,00	1,00	4,00	4,00
Total N	30	30	30	30	30

Fonte: Elaboração própria do autor

ANEXO IV – Conteúdo das categorias utilizadas

DIREITA

- 1) **Forças Armadas: Positivo (D)** – Necessidade de manter ou aumentar gastos militares; modernização das forças armadas e melhoria da força militar; rearmamento e autodefesa; rearmamento e autodefesa; necessidade de honrar obrigações de tratados militares; necessidade de assegurar recursos humanos adequados nas forças armadas. Defesa do território e integridade. Favorecimento de militares.
- 2) **Livre Iniciativa (D)** - Menções favoráveis a capitalismo de livre iniciativa; superioridade da iniciativa-investimento individual sobre a estatal e sistemas de controle; menções favoráveis a direitos de propriedade privada, iniciativa-investimento e empreendimento pessoal; necessidade de empreendimentos-investimentos individuais desimpedidos.
- 3) **Incentivos (D)** - Necessidade de políticas salariais e tributárias para induzir investimento; encorajamento para novos empreendimentos; necessidade de incentivos financeiros e de outros tipos como subsídios. Apoio à pequena empresa.
- 4) **Ortodoxia Econômica (D)** - Ortodoxia econômica. Necessidade de ortodoxia econômica tradicional, p. ex. redução de déficits orçamentários, redução de gastos em crises, parcimônia (reservas) e economia; apoio a instituições econômicas tradicionais, como mercado de ações e sistema bancário; apoio a moeda forte. Inclui referências a: (i) políticas de ajuste fiscal, (ii) endividamento do estado, (iii) austeridade, (iv) equilíbrio fiscal, (v) falência do modelo nacional-desenvolvimentista e/ou sua reforma e (vi) privatizações.
- 5) **Limitação do Welfare State (D)** - Limitação do gasto com serviços e seguridade social. Ajuste da Previdência.
- 6) **Classe Média e grupos profissionais (D)** - Referências favoráveis à classe média, grupos profissionais, como médicos ou advogados; antiga e nova classe média. Inclui valorização do servidor público. Defesa do servidor público.

ESQUERDA

- 7) Regulação do Mercado (E)** - Necessidade de regulações para fazer empresas privadas funcionarem melhor; ações contra monopólios e trustes e em defesa do consumidor e pequenos negócios; encorajamento da competição econômica; economia social de mercado.
- 8) Planejamento Econômico (E)** - Menções favoráveis a planejamento econômico de longo prazo de natureza consultiva ou indicativa, necessidade de o governo criar tal plano.
- 9) Economia Controlada (E)** - Necessidade geral de controle governamental da economia; controle sobre preços, salários e aluguéis etc.; intervenção estatal no sistema econômico.
- 10) Análise Marxista (E)** - Referências positivas (tipicamente mas não apenas por partidos comunistas) ao uso específico da terminologia marxista-leninista e análise de situações que de outra maneira não poderiam ser codificadas. Socialismo; uso de categorias marxistas na análise; formas coletivas de propriedade; anticapitalismo.
- 11) Expansão do Welfare State (E)** - Expansão do Welfare State. Menções favoráveis à necessidade de introduzir, manter ou expandir qualquer serviço social ou projeto de seguridade social; apoio a serviços sociais como serviços de saúde ou de habitação. Essa categoria exclui educação. Inclui referências a: questões urbanas, problemas sociais e políticas sociais.
- 12) Classes trabalhadoras: Positivo (E)** - Classes trabalhadoras: positivo. Referências favoráveis a grupos laborais, classe trabalhadora, desempregados; apoio a sindicatos; bom tratamento de trabalhadores manuais e de outros tipos. Direitos dos trabalhadores, liberdade sindical e salários.

Fonte: Tarouco e Madeira (2013, p. 164)